

A REDESCOBERTA DO BARROCO BRASILEIRO E OS DESAFIOS DA PESQUISA EM UM ARQUIVO COLONIAL

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro¹

Palavras Iniciais

Sou licenciada em Desenho e Artes Plásticas pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia e, já na UESB, fiz um curso de Especialização em Cultura e Arte Barroca pelo Instituto de Arte e Cultura da Universidade Federal de Ouro Preto. Mais tarde, fiz mestrado em Teoria e História da Arte, no qual pesquisei o barroco baiano. Foi em Ouro Preto que comecei a me interessar pela arte barroca, principalmente por observar, ainda durante o curso, como o barroco mineiro era enaltecido pelos pesquisadores de arte brasileira colonial e por acreditar, segundo os meus conhecimentos de então, como o barroco baiano era pouco mencionado e pouco lembrado, como tema merecedor de pesquisa.

Não só em Ouro Preto, mas em toda a região mineradora, ao lado das discussões teóricas nas salas de aula e nos espaços culturais oficiais, um bom número de pesquisadores se revezava nos arquivos, revisava literatura, revisava teorias, avaliava os monumentos; surgiam cursos; e oficinas de restauradores eram instaladas nas igrejas, focalizando temáticas que variavam desde as artes plásticas (arquitetura, escultura, talha, pintura), passando pela música, até à literatura barroca.

A redescoberta da arte colonial, predominantemente a arte barroca², muito deveu ao seu mentor inicial, Mário de Andrade, cuja participação significou a emergência de uma crítica

¹ Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste em Educação; Mestre em Teoria e História da Arte pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia – UFBA; Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UFBA.

² Estou conceituando barroco, segundo o termo emprestado de Helmut Hatzfeld que afirma ser: “no sentido totalizador, o estilo de época que se estende do Renascimento até o Rococó. (HATZFELD, 1988, p. 39).

artística mais técnica, fundada em conhecimentos históricos e estéticos muito mais seguros do que os apresentados pela crítica de caráter impressionista até então vigente, segundo mostra Fernando Dias Correia (1972, p.7), quando afirma que o início do processo de revalorização crítica do barroco mineiro,

[...] se verificou a partir das descobertas das velhas cidades mineiras pelo movimento modernista. Foi o grupo pioneiro de São Paulo que realizou, de forma consciente, essa tarefa de desvendamento. Primeiro, Mário de Andrade: 1919. Depois, uma feliz associação de escritores e artistas plásticos: a caravana paulista³ de 1924.

Acredita o autor que da visita do intelectual a Ouro Preto, em 1919, resultou artigos nos quais ele defende, com veemência, a tese da originalidade da arte barroca mineira. Nas palavras de Mário de Andrade, “As igrejas construídas quer por portugueses mais aclimatados ou por autóctones algumas, provávelmente, como o Aleijadinho, desconhecendo até o Rio e a Bahia, tomaram um caráter mais bem determinado e, poderíamos dizer, muito mais nacional” (ANDRADE, *apud* DIAS, 1972, p. 9).

Referendada com o signo de Mário de Andrade, a arte plástica colonial mineira foi, então, acrescida de estudos sobre a música barroca, predominantemente, missas cantadas⁴, pelos árcades mineiros e pelo apoio, tanto da elite intelectual, econômica, política e administrativa de Minas Gerais, como por segmentos do alto clero. Este empenho arejou o ambiente intelectual mineiro e condicionou a mudança de mentalidade que iria permitir uma nova visão da arte colonial, seguida de um número significativo de publicações sobre o assunto. Foi, pois, uma das sensibilidades mais aguçadas do Movimento Modernista se posicionando com a autoridade inquestionável de artista e de teórico, referendada, posteriormente, por várias gerações de outros artistas e estudiosos, como Manuel Bandeira, Aracy do Amaral, seguida de outros nomes como Lourival Gomes Machado, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade (DIAS, 1972, p. 13-15).

Entretanto outros autores falam do Rococó, não como uma variante do Barroco mas como um estilo definido e que detém características próprias.

³ Mário de Andrade visita Minas em 1919 e dessa viagem resultou o artigo estampado na *Revista do Brasil* em 1920. Segundo Dias (1972), o artigo, de nove páginas, marca uma nova era na visão da arte colonial mineira. Conferir: DIAS, Fernando Correia. **A Redescoberta do Barroco pelo Movimento Modernista**. Barroco. Belo Horizonte. UFMG, 1972, pp. 7-16;

⁴ Cf. LANGE, Francisco Curt. 1976.

A redescoberta do barroco brasileiro surgiu, destarte, bem mais cedo na região mineira, com uma conjunção de forças inigualável em outros estados, e teve o mérito de suscitar e proporcionar condições de debate, pesquisa, compreensão crítica e estética, preservação restauração e publicação em torno do fenômeno barroco. A consequência mais direta no terreno da estética foi a apreciação do barroco mineiro como original e nativo e sua projeção em nível nacional e internacional. De maneira indireta, a redescoberta mineira e a agregação das forças sociais impulsionaram o despertar de outras forças em outros espaços geográficos, se bem que de forma bem mais tímida e tardia (CASIMIRO, 2005, p. 165-184).

Na Bahia, ao contrário de Minas Gerais onde os estudos sobre o Barroco se multiplicaram em progressão geométrica, desde a ‘redescoberta” os pesquisadores eram contados a dedo, sendo a maioria quase absoluta ligada aos núcleos de restauração da Faculdade de Arquitetura da UFBA, e/ou ligados a organismos oficiais, como IPAC, IPHAN, IGHB, Fundação Gregório de Matos. Ao lado disso, uma minoria formada por alguns professores e alunos egressos dos primeiros cursos de pós-graduação da UFBA. Nos dois casos, a Revista do Centro de Estudos Baianos e a Revista UNIVERSITAS, ambas publicadas pela UFBA, foram importantes veículos de publicação. Não obstante as dificuldades, surgiram, de meados da década de 1970 até à década de 90, os nomes de Paulo Hormindo Azevedo, Esterzilda Berenstein, Valdete Paranhos, Maria Helena Flexor, Sônia Neves, Maria Vidal de Negreiro Camargo, Maria do Socorro Targino Martinez, Pedro Moacir da Maia, Frei Hugo Fragoso, dentre outros.

O Consenso, a dúvida e minha escolha pela arquitetura baiana.

Existe uma literatura abundante acerca do barroco no Brasil, do barroco litorâneo e do barroco mineiro, e não é necessário aqui, repetir tudo o que já foi dito, mas as minhas observações durante o curso de cultura barroca, sobre as razões do interesse dos pesquisadores pelo barroco mineiro, começavam a fazer sentido. Primeiro, o panorama das

construções mineiras, principalmente a partir de meados do século XVIII, se inseria em um contexto econômico, político e administrativo bastante diferente das condições de construção do litoral. Segundo porque, na região mineradora, acompanhando o padrão português, acontecia uma evolução/transformação do estilo barroco para chamado estilo 'rococó'⁵, sendo que muitos dos arquitetos eram nativos da região. Essa evolução/transformação é visível em muitas plantas mineiras, como na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (em Ouro Preto) e de São Pedro dos Clérigos (em Mariana), cujas plantas são formadas por duas ovais entrelaçadas, algumas igrejas possuem torres sineiras cilíndricas⁶ ou, no caso da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, nitidamente de transição, uma vez que a planta e a aparência externa é retangular e o interior é ovalado por conta da disposição dos retábulos.

Algumas características do barroco (ou rococó?) mineiro, causam deleite nos pesquisadores. Segundo Silva Telles as características fundamentais, que se apresentam como criações próprias, por não contarem com antecedentes nem portugueses nem litorâneos e que definem a originalidade do barroco mineiro, além da facilidade escultórica proporcionada pela pedra-sabão, se resumem em dois pontos principais:

- a conjugação de curvas e de rectas ou de planos, criando pontos e arestas de contenção, nas plantas, nos alçados e nos espaços internos e;
- a organização das frontarias tendo como centro de composição a portada esculpida em pedra-sabão; portadas que se constituem, visualmente, em núcleo, de onde derivam os demais elementos — pilastras, colunas, cimalkas, frontão — e para a qual eles convergem. Essas portadas, por outro lado, mostram-se plasticamente dinâmicas, fortes, enquanto que, na realidade, são constituídas de elementos opostos às paredes de alvenaria caiadas de branco, ao gosto do <<rocaille>> (TELLES, 1979, p.25).

Garantida a originalidade incontestável das igrejas mineiras, principalmente aquelas arquitetadas pelo Aleijadinho, e garantida, também, a originalidade das pinturas dos tetos das igrejas mineiras (outro interminável objeto de pesquisas), principalmente as que

⁵ O Rococó (do francês *rocaille*) predominou da metade até o final do século XVIII. Muitos autores o consideram como sub-estilo do barroco e outros consideram como estilo próprio.

⁶ A Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto cuja planta é de Antônio Francisco Lisboa, Aleijadinho, possui fachada com curvas e contracurvas e torre cilíndrica.

apresentam as madonas mulatas pintadas pelo mestre Manoel da Costa Ataíde, restava concordar plenamente, me render à importância atribuída pelos pesquisadores à arte mineira e definir, como tema de pesquisa, um exemplar baiano que ficasse à altura da polêmica. Fiz, portanto, uma monografia inicial sobre a arquitetura da Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Bahia enfocando, em especial, o desencontro de opiniões sobre o estilo da sua fachada principal (frontispício).

A Igreja da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Padre São Francisco da Congregação da Bahia.

A Igreja foi construída por decisão da Mesa Diretora da Ordem em 1702, que escolheu o modelo arquitetônico e decorativo do edifício segundo padrões europeus, mas, também, de acordo com as normas, idéias, interesses e mentalidade predominantes entre seus membros. Barroca, do início do século XVIII, a Igreja apresenta características básicas do estilo e, também, na singularidade da sua aparência, semelhança com monumentos latino-americanos de influência plateresca, ainda que tardios para a época da construção da Igreja da Ordem Terceira.

Sobre a Igreja da Ordem Terceira de S.Francisco de Assis da Bahia, encontram-se, tanto em manuais de História da Arte como em livros mais especializados, comentários e referências que ilustraram, classificaram, descreveram, destacaram e elogiaram o frontispício; dataram, atribuíram autoria e estilos, os mais variados. Mas foram análises insuficientes quando se tratou de contextualizar, explicar, traduzir significados, correlacionar dados e analisar esteticamente. plateresco, churrigueresco, isabelino, ‘inspirado em fachadas espanholas’, ‘estilo em voga no México colonial’... Alguns autores se contradisseram e outros se completaram ao tentarem definir o estilo da Igreja dos Terceiros Franciscanos da Bahia: Segundo afirmações de Bazin, o frontispício da Igreja lembraria “o barroco exuberante que era corrente então, na América Espanhola” (1983, p.150). Para Marieta Alves, seria uma revivescência do estilo plateresco da Espanha de Fernando e Isabel, único exemplar no gênero (1948, p.49). Carlos Lemos (1979) atribuiu ao frontispício o estilo churrigueresco.

Com esses exemplos de classificação podemos observar que não se chegou a um consenso quanto à definição do estilo do frontispício e que é muito difícil estabelecer rigorosamente as características formais dessa arquitetura, principalmente sem os documentos da construção.

Não obstante, fugiu à proposta daquele primeiro trabalho monográfico levantar uma discussão sobre a definição estilística da referida Igreja, mas, tão somente, apontar as dúvidas. Já cursando mestrado, em 1992, retomei os estudos sobre a Igreja, sabedora de que, para conhecer melhor o meu objeto, seria necessário vasculhar o seu arquivo, fechado desde 1946, quando Marieta Alves, a pedido da Mesa Diretora, havia concluído exaustivo levantamento documental, publicado em 1948, no livro *História da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Pe. São Francisco da Congregação da Bahia*. O desafio era, assim, duplicado, pois outro pesquisador já realizara pesquisa relevante no campo por mim escolhido.

Com um projeto em mãos, após vencer as dificuldades para conseguir permissão de trabalhar no arquivo (de caráter particular), e com o objetivo geral de aprofundar a análise estilística e descobrir novos documentos que trouxessem à luz a história daquele monumento, comecei um cansativo processo de limpeza do arquivo e organização dos documentos, inviolados desde que Marieta Alves ali estivera na década de 40.

Optei por organizar os documentos separando-os em maços, por assunto e em ordem cronológica inversa, isto é, do presente para o passado. Escolhi desta forma e, de fato, foi mais fácil classificar e interpretar os textos, iniciando pelos mais recentes (devido à linguagem, gramática e, principalmente, ao estado de conservação). Assim, durante a pesquisa no arquivo, que ocupou uma boa parte do tempo destinado ao mestrado, identifiquei, classifiquei, organizei e empacotei toda a documentação do arquivo inativo da Ordem, o qual compreendia documentos do século XVII que tinham sido reescritos por decisão da Mesa Diretora da Ordem Terceira, em meados do século XVIII, e documentos originais desde o início do século XVIII até o século XX. Naquela experiência como pesquisadora, conteceram momentos de entusiasmo e algumas decepções e um medo

contínuo de, ao fim de todo aquele trabalho, não encontrar documentos cuja importância justificasse a busca realizada.

Da documentação encontrada⁷, uma parte considerável encontrava-se em estado lastimável. Pelas janelas envidraçadas dos corredores das tribunas do andar superior da Igreja (onde estava o acervo), o sol realizou uma ação de mão dupla: protegeu os documentos do mofo, mas, o excesso de claridade contribuiu para o esmaecimento das tintas. Da mesma forma, o tanino das tintas, ao lado das traças, corroeu boa parte das palavras deixando alguns documentos vasados como ‘véus de noivas’. Felizmente, alguns documentos importantes, se bem que um pouco danificados pela ação do tempo, apresentavam seus conteúdos intactos. Outros, ainda, devido à própria natureza do registro, possibilitaram análises de longa duração e inferências sobre hábitos e aspectos do cotidiano da Ordem. Em tempos de mudanças lentas, observei que muitos dos livros lá encontrados, principalmente aqueles destinados a registros da situação de irmãos da Ordem, como eram usados apenas esporadicamente, duravam quase um século⁸, como os de registro das profissões ou de mortes dos irmãos.

Já no século XIX, a Ordem Terceira contava, para o serviço da secretaria, com os seguintes livros: Ata das Sessões da Mesa, Inventário Geral da Ordem, Registro de Irmãos Recolhidos à Casa de Asilo, Registro dos Irmãos Socorridos, Livro do Tombo Geral da Ordem, Livro de Termos de Resoluções, Ajustamentos e Acordos Internos, Livro de Promessas, Termo de Entrada de Irmãos, Termo de Entrada para o Noviciado e Profissões, Registro de Irmãos, Registro de Irmãs, Catálogo dos Irmãos Professos, Livro de Óbitos, Livro de Consignação dos Irmãos Defuntos, ‘Carneiros’, Campas e Mausoléus, Cavas em Geral, Registro de Encargos, Registro de Donativos, Doações e Legados, Registro de Irmãos Pensionistas, Matrícula dos Empregados da Ordem, Livro de Receita e Despesa dos Prédios, Livro de Inquilinos, Livro da Porta (para qualquer pessoa que porventura à porta da Ordem batesse), Crônica da Ordem, Registro de Portarias, Livro de Propostas e Aprovação de Irmãos, Registro de Missas, Registro de Quitação de Missas, Ossuário de

⁷ Os títulos dos documentos existentes no Arquivo da Ordem Terceira encontram-se no final do texto, antes da Bibliografia.

⁸ Alguns ultrapassaram o século em que foram abertos.

S. Francisco, Livro de Ouro, Livro de Contratos de Arrendamentos, Depósito de Fianças, Livro de Missa dos Instituidores, Registro das Decisões, Livro de Aluguéis, Livro de Atas do Conselho, Livro de Atas das Eleições, Livro da Presença dos Irmãos às Eleições, Livros de Diário Razão e Caixa, Livros para Relatórios das Mesas Administrativas, e, além destes, muitas pastas contendo documentos, correspondências e recibos avulsos.

Tal documentação primária (manuscrita e impressa) possibilitou conhecer várias facetas da Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Bahia. Seja sobre aspectos legais, econômicos e administrativos (que respondiam pela vida e pelos bens materiais da Ordem) seja sobre aspectos religiosos, litúrgicos e espirituais (que respondiam pela vida e pelos bens espirituais dos terceiros). A ordem formava, pois, um organismo que exercia a dupla função, espiritual e temporal, e resultou em uma administração centralizada e hierárquica, que, aos poucos, ao lado de considerável burocratização, foi adquirindo experiência técnica e habilidade administrativa, indispensáveis não só à manutenção, mas ao seu próprio crescimento e sobrevivência, atendendo às necessidades de pessoal, de materiais e financeiras para melhor programar seus ritos e festas, a desobrigação do culto e da liturgia, o assistencialismo e os encargos dos irmãos defuntos.

Tratava, enfim, a burocracia da Ordem Terceira da Bahia, da administração conjunta de assuntos espirituais e temporais que, apesar de naturezas distintas, estavam sempre correlacionados e dependentes. O culto espiritual demandava gastos, de acordo com a situação e o lugar social daquela Irmandade, que, por sua vez, era alimentado com recursos gerados com a eficiente organização administrativa e econômica da Ordem, sempre preocupada com o balanço favorável das suas receitas e atenta aos mínimos detalhes que por ventura viessem comprometer sua economia.

Dos documentos encontrados, um, especialmente, contribuiu para a redefinição do objeto de pesquisa: *O Livro 3 do Tombo e Resisto das Capellas que Administra esta Venerável Ordem Terceira da Penitencia do S.P.S. Francisco desta Cidade da Bahia Novamente Tombadas e Vinculados Seos Patrimônios 1759* que transcreve trechos de testamentos dos dois livros de tomo anteriores (que estavam muito estragados) e revela, com riqueza de

detalhes, tanto o conjunto completo dos bens da Ordem doados em testamento até àquela época como os sonhos, sentimentos, desejos e medos daqueles irmãos terceiros em momentos próximos da suas mortes. Vale a pena transcrever e comentar alguns exemplos significativos de testamentos, nos quais, depois dos legados para missas, predominam os legados de dotes para órfãs, cujas disposições revelam, outrossim, evidentes formas de preconceitos, uma vez que impõem condições, claras e expressas, de que sejam transmitidos os dotes, somente a moças virgens, brancas e honradas, como foi feito o testamento de Antonio de Souza do Caes e de sua mulher Maria Ribeyra Lemos em 1707, que, ao deixar legado em dote, impôs as seguintes condições:

referindo porem destas em primeiro lugar aquellas que forem naturaes da sua freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Praya, e em falta de afilhadas não havendo, que pretendão o dito dote no anno em se der e succeder opporem-se outras moças preferirão em primeiro lugar as que forem naturaes da mesma freguesia e em falta desta se dará o ditto dote a quem por sorte sahir, com tal condição que serão todas as taes dotadas, assim huas como outras brancas e christãs velhas, honradas e bem procedidas e pobres... (Livro 3º do Tombo, fl.69, 1759).

Além de virgens, brancas e honradas, as órfãs deveriam ser, de preferência, parentes, em ordem de importância: do próprio testador, de sua mulher, afilhadas, ou, quando menos, filha de um amigo ou irmão da Ordem, o que não significava serem sempre as mais desabonadas. Alguns irmãos pediam sepultura na Igreja da Ordem ou do Convento, e enterro com o hábito franciscano (com o qual seria identificado na vida eterna), confirmando, assim, a sua escolha, em vida, de continuar a ser irmão terceiro, mesmo após a morte.

Outros textos testamentais declaravam tudo o que os instituidores possuíam de bens imóveis e, minuciosamente, todos os objetos pessoais e domésticos. Manoel da Costa e Villa Nova, falecido em 1677, antes de morrer, arrolou seus bens, desde os mais caros imóveis até os objetos mais pessoais, num testamento, também minucioso, a cargo do seu filho, Domingos Roiz da Costa:

Declaro que em todo o monte que possuo de meos bens como são terras com engenho, cazas de vivenda e hua Capella da invocação do Patriarcha

São Jozé com escravos fábricas do Engenho, gado vacum cavalgadas e moradas de cazas nesta cidade, assim na praya della, como dentro na mesma cidade acho que tudo pode valer a estimação de corenta e oito mil cruzados entrando alguma prata e ouro que possuo a saber hum prato grande de prata, hua salva com seu pucaro, hum seleyro, colheres de prata, gafos, hua cadeya de oiro que pezara trinta oytavas, com tudo o mais que se achar das minhas portas adentro e que não for do meu genro... (Livro 3º do Tombo, fl.98.).

Outras cláusulas testamentárias⁹ demonstram um sentimento de urgência, revelador do medo da morte próxima e da prestação de contas no tribunal divino, como é o caso do testamento de Manoel Dias Serqueiros, cuja capela data de 1707: “Primeiramente mando que meos testamenteiros entreguem logo ao Irmão Ministro e mais Irmãos da Ordem 3ª de São Francisco desta cidade logo em dinheiro de contado mil cruzados...” (Livro 3º do Tombo, fl.113, 1759).

Estes achados, além de possibilitaram um enriquecimento do projeto, garantiram dados consistentes sobre a mentalidade e a vida cotidiana dos terceiros e, assim, da proposta inicial, que seria uma análise formal da arquitetura de uma igreja baiana, surgiu a proposta de análise formal, semântica e estética.

Documentação do Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Bahia

Livro de Termos de Resoluções d Acordos Internos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Bahia: 1755-1832. AVOTSFB.

Livro 3 do Tombo e Resisto das Capellas que Administra esta Venerável Ordem Terceira da Penitencia do S.P.S. Francisco desta Cidade da Bahia Novamente Tombadas e Vinculados Seos Patrimonios. AVOTSFB.

Livro de Pagamento de Promessas dos Irmãos Noviços: 1766-1836. AVOTSFB.

Livro 6 de Profissões de Noviços: 1768-1883. AVOTSFB.

Livro.....da Consignação da Ordem: 1773-1792. AVOTSFB.

⁹ Para leitura de outros trechos dos testamentos dos Terceiros Coloniais, consultar Casimiro (1996), nas Referências Bibliográficas.

Livro de Tombos das Casas da Ordem: 1842. AVOTSFB.

Livro de Contas da Receita e Despeza deste Convento de N. Pe. S. Francisco da Cidade da Bahia, Caza Capitular desta Prov. A Franciscana de S. Antonio do Brasil, desde 1790 até 1825. ACSFB.

Livro para Lançamento de Promessas: 1790-1830. AVOTSFB.

Livro de Receita e Despeza com o Nome de Diário: 1792-1816. AVOTSFB.

Livro de Profissões: 1798-1877. AVOTSFB.

Livro Borrador N° 1: 1796-1860. AVOTSFB.

Livro de Termos das Eleições e Posses: 1799-1849. AVOTSFB.

Livro de Óbitos: 1802-1875. AVOTSFB.

Livro de Assentamento de Aluguéis: 1829. AVOTSFB.

Livro de Receita e Despeza: 1830. AVOTSFB.

Livro das Contas das Capellas dos Irmãos Defuntos: 1800-1830. AVOTSFB.

Livro para Relatórios das Mezas Administrativas: 1841-1886. AVOTSFB.

Livro de Registro das Eleições da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco: 1857-1810. AVOTSFB.

Livro dos Irmãos Professos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco: 1870. AVOTSFB.

Livro de Receita e Despeza da Ordem Terceira de S. Francisco: 1876-1889. AVOTSFB.

Livro de Termo de Entrada e Profissão dos Irmãos: 1877-1887. AVOTSFB.

Livro de Registro dos Irmãos da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, Socorridos pela Mesma: 1885-1886. AVOTSFB.

Livro de Actas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco: 1897-1903. AVOTSFB.

Livro do Inventário dos Bens da Ordem Terceira de São Francisco da Bahia: 1948-1950. AVOTSFB.

Pasta de Documentos Referentes à Questão da Restauração da Ordem Terceira pelos Religiosos do Convento: 1903-1906. ACSFB.

Pastas Avulsas de Documentos da Venerável Ordem Terceira Contendo: Cópias de Testamentos, Correspondências Diversas, Relação de Mesários, Propostas Apresentadas à Mesa, Questões com o Convento de S. Francisco, Questões das Capelas, Documentos Relativos aos Imóveis, Relatórios, Demonstrativos Financeiros, Regulamentos, Recibos de Despesas, Portarias (Pastas Referentes a: 1841-1881; 1856-1889; 1768-1822; 1856-1888; 1827-1835). AVOTSFB.

Vale lembrar que, para escrever a dissertação de Mestrado, contei ainda com extensa documentação impressa auxiliar, à qual tive acesso através de contactos com os seguintes órgãos e instituições: Biblioteca Nacional, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo Municipal da Cidade do Salvador, Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador, Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, Arquivo e Biblioteca do Convento de São Francisco de Assis da Bahia, Biblioteca Frederico Edelweiss (hoje incorporada à Biblioteca Central da UFBA), Arquivo e Biblioteca do Mosteiro de São Bento, Biblioteca José de Carvalho (anexa ao Museu de Arte do Estado da Bahia, além de contar com a generosidade dos empréstimos de acervos particulares.

Documentação Impressa Auxiliar

Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1913, Vol.31 (Archivo de Marinha e Ultramar).

Anais do Arquivo Público da Bahia. Ano IV. Vol. V. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1920.

Anais do Arquivo Público da Bahia. Ano IV, Vols. VI e VII. Bahia, Imprensa Oficial do Estado. 1920.

Anais do Arquivo Público da Bahia. Ano IV, Vols. VI e VII. Bahia, Imprensa Oficial do Estado. 1920.

Atas da Câmara: 1641-1649. Salvador, Prefeitura do Município do Salvador, Bahia, 1949 (Documentos Históricos do Arquivo Municipal, 2º vol.)

Atas da Câmara: 1649-1659. Salvador, Prefeitura do Município do Salvador, Bahia, 1949 (Documentos Históricos do Arquivo Municipal, 3º vol.).

Atas da Câmara: 1659-1669. Salvador, Prefeitura do Município do Salvador, Bahia, 1949 (Documentos Históricos do Arquivo Municipal, 4º vol.).

Atas da Câmara: 1669-1684. Salvador, Prefeitura do Município do Salvador, Bahia, 1950 (Documentos Históricos do Arquivo Municipal, 5º vol.).

Atas da Câmara: 1684-1700. Salvador, Prefeitura do Município do Salvador, Bahia, 1951, Documentos Históricos do Arquivo Municipal, 6º vol.).

Cartas do Senado: 1638-1673. Salvador, Prefeitura do Município do Salvador, Bahia, 1951 (Documentos Históricos do Arquivo Municipal, 1º vol.).

Cartas do Senado: 1673-1684. Salvador, Prefeitura do Município do Salvador, Bahia, 1953 (Documentos Históricos do Arquivo Municipal, 2º vol.).

Cartas do Senado: 1684-1692. Salvador, Prefeitura do Município do Salvador, Bahia, 1953 (Documentos Históricos do Arquivo Municipal, 3º vol.).

Cartas do Senado: 1692-1698. Salvador, Prefeitura do Município do Salvador, Bahia, 1953 (Documentos Históricos do Arquivo Municipal, 4º vol.).

Constituição da Ordem Terceira Secular de São Francisco da Bahia. Salvador, Imprensa Regina, 1910.

Documentos Históricos (1651-1693): Provisões, Patentes, Alvarás, Mandados. Vol.XXXII. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1936.

DOMÍNGUEZ, Lorenzo Miguélez; MÓRAN, Sabino Alonso; DE ANTA, Marcelino Cabrerós. **Código de Derecho Canónico y Legislación Complementária**. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1957.

Estatutos da Província de Santo Antônio do Brasil. Lisboa, na Officina de Manuel e Joseph Lopes Ferreira. 1709.

ILHA, Manuel da. **Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil. 1584-1621**. Petrópolis, Vozes, 1975 (Centro de Investigação e Divulgação Publicações CID, História/4).

JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil**. Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1859, 2 volumes. (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria **Catálogo Genealógico das Principais Famílias** (introdução e notas de Pedro Calmon). Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985.

Regimento Administrativo da Venerável Ordem Terceira de Nosso Seráfico Padre S. Francisco da Cidade da Bahia. Salvador, Imprensa Econômica, 1880.

Regra da Ordem Terceira de São Francisco (Segundo a recente disposição do Sumo Pontífice Leão XIII. Bahia, 1889).

Regulamento Geral da V.O.3ª da Penitencia do N.S.P.S. Francisco de Assis da Bahia: Aprovado pelo Conselho, em sessão de 25 de Outubro de 1936. Bahia, 1964.

Relatório da Mesa Administrativa da V. Ordem 3ª de São Francisco da Capital do Estado da Bahia Referente ao Biênio de 1914 a 1916. Bahia, Officinas das “Duas Américas”, 1917.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. São Paulo, Melhoramentos, 1931.

Registro de uma Carta de Arrematação Passada pelo Provedor-Mor da Fazenda a Domingos Pires de Carvalho em 1673. Doc. Número 39. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Termos e Compromissos de Irmandades: 1768-1838. Inventário nº 437, Doc. 8. Arquivo Público do Estado da Bahia.

Termos e Compromissos de Irmandades: 1833-1836. Inventário nº 436, Doc. 7. Arquivo Público do Estado da Bahia.

Termos e Compromissos de Irmandades: 1852-1874. Inventário nº 440. Arquivo Público do Estado da Bahia.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** São Paulo, Tip. 2 de Dezembro, 1853. Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. 530 páginas.

Referências Bibliográficas

ALVES, Marieta. **História da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Pe. São Francisco da Congregação da Bahia.** Bahia, Imprensa Nacional, 1948.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas (1711).** Introdução e notas de Alice P. Canabrava, São Paulo, Companhia Editora Nacional, s/d.

ÁVILA, Affonso. **Barroco Mineiro: Glossário de Arquitetura e Ornamentação.** São Paulo, Melhoramentos, 1980.

ÁVILA, Affonso. **O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco.** São Paulo, Perspectiva, 1980, (Debates).

AZEVEDO, Paulo Ormino D. de *et alii*. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural: monumentos do Município do Salvador, Bahia.** Vol. I, Salvador, Secretaria da Indústria e Comércio / Projeto Patrimônio Histórico, 1975.

BARATA, Mário. **Igreja da Ordem Terceira da Penitência do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Editora Agir, 1975 (Arte no Brasil, 3).

BAZIN, Germain. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 1983. 2 vol.

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais.** São Paulo, Editora Ática, 1986.

BOTTINEAU, Yves. **Baroque Ibérique.** Espagne, Portugal, Amérique Latine. Fribourg. Office du Livre, 1969.

BURY, John. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial.** São Paulo: Nobel, 1991.

DIAS, Fernando Correia. **A Redescoberta do Barroco pelo Movimento Modernista.** Barroco. Belo Horizonte. UFMG, 1972, pp. 7-16.

CALDERON, Valentin. **A Venerável Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira.** Universitas - Revista de Cultura da UFBA., nº 10. Set/dez. 1971.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **Mentalidade e Estética na Bahia Colonial: a Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis e o Frontispício da sua Igreja.** Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1996.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Uma Idéia Recorrente: Desafiar as Dificuldades dos Arquivos Coloniais. In: MAGALHÃES, Livia Diana Rocha e CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **Memória e Trajetória de Pesquisa.** Campo Grande: UNIDERP, 2005.

CORREIA, Fernando Dias. **A Redescoberta do Barroco Mineiro pelo Movimento Modernista.** Revista Barroco, Minas Gerais, nº 4, 1972.

COSTA, Lúcio. **A Arquitetura Jesuítica no Brasil.** Revista do IPHAN, vol. 5, Rio de Janeiro, 1941.

EDELWEISS, Frederico G. **Nossa Senhora da Conceição da Praia, a primeira Igreja da Cidade do Salvador.** UNIVERSITAS, nº 3 e 4, mai/dez 1969.

EQUIPE DO CENTRO DE ESTUDOS DE ARQUITETURA DA BAHIA. **Cidade do Salvador em 1730.** Universitas, nº 23, dez, 1978: pp. 5-28.

ETZEL, Eduardo. **O Barroco no Brasil. Psicologia e Remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, S. Catarina, Rio Grande do Sul.** São Paulo: Melhoramentos; EDUSP, 1974.

FLECHOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: Manuscritos dos Séculos XVI ao XIX.** São Paulo, UNESP/SEC (Edições Arquivo do Estado), 1991.

FONSECA, Fernando Luiz. **Santo Antônio do Paraguassú e o Convento de S. Francisco do Conde.** Salvador: Centro de Estudos Baianos; nº 16, UFBA. 1988.

FRAGOSO, Frei Hugo OFM. **A Era Missionária (1686-1759)**. In: História da Igreja na Amazônia. (org.) Eduardo Hoornaert. Comissão de Estudos da Igreja na América Latina, CEHILA. Petrópolis, Vozes, 1992.

FRAGOSO, Frei Hugo OFM. **Presença Franciscana no Brasil em Cinco Séculos de Evangelização**. In: Entre Memória e Utopia. Primeiro Capítulo Nacional da Família Franciscana. Brasília. CEFEPAL, 1994.

FRANCASTEL, Pierre. **A Realidade Figurativa**: elementos estruturais de sociologia da arte. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1973. (Estudos, 21).

GOLDMANN, Lucien. A sociologia da Literatura: status e problemas de método. In: **Crítica e dogmatismo da Cultura moderna**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1973. p. 41-74.

Cf. LANGE, Francisco Curt. Um Fabuloso Redescobrimto para Justificação da Existência da Música Erudita no Período Colonial Brasileiro. In: Revista de História. Vol. LIV, Ano XXVII, 1976. Jul/Set. São Paulo.

LEMOS, Carlos A. C. *et alii*. **Arte no Brasil**. São Paulo, Abril Cultural, 1979, 2 vol.

MAIA, Pedro Moacir da. **Alegoria das Quatro Partes do Mundo em Painéis de Azulejos**. Estudos, Salvador, nº 13, 1992.

MACHADO, Lourival Gomes. **Barroco Mineiro**. São Paulo, Perspectiva, 1978.

MARCUSE, Herbert. **A Dimensão Estética**. Lisboa, Edições 70, 1986, (Arte e Comunicação).

MARTINEZ, Socorro Targino. **Ordens Terceiras: Ideologia e Arquitetura**. Salvador, 1979, 356 p. (Dissertação para mestrado em Ciências Sociais. FFCH-UFBA).

MARX, Murilo. **Seis Conventos Franciscanos, Seis Cidades Paulistas**. Barroco, Minas Gerais, nº 12, 1982.

MELLO, Suzy de. **Barroco Mineiro**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

MENEZES, José Luiz Mota. **Sé de Olinda**. Recife: FUNDARPE, 1965.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Patriarcado e Religião; as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia: 1677-1890**. Bahia, Conselho Estadual de Cultura, 1994.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro.

ORTMANN, Frei Adalberto. **História da Antiga Capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo. 1676-1783.** Ministério da Educação Saúde / Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, número 16, 1951.

OTT, Carlos. **A Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Salvador.** Ministério da Educação e Cultura / Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, número 21, 1960.

PIO, Fernando. **A Ordem Terceira de São Francisco do Recife e suas Igrejas.** Recife, Inst. Arqueol. Hist. e Geog. Pbucano / Imprensa Universitária, 1967.

QUERINO, Manuel R. **As Artes na Bahia.** s/d. Salvador, 1913.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981 (Coleção Temas Brasileiros).

SANTOS, Paulo. **O Barroco e o Jesuítico na Arquitetura do Brasil.** Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.

SILVA-NIGRA, D. Clemente M. da. **Convento de Santa Teresa. Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia.** Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1972.

SINZIG, Frei Pedro. OFM. **Maravilhas da Religião e da Arte na Igreja de São Francisco.** Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1933.

SMITH, Roberto. **Arquitetura Colonial Baiana.** Alguns Aspectos da sua História. Bahia: Publicações do Museu do Estado / Sec. Educ. e Cultura. 1951.

SOBRAL, Maria de Lourdes. **As missões Religiosas e o Barroco no Pará.** Belém: UFPA. 1986.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982 (Biblioteca de História: v. 8).

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **O Barroco no Brasil: Análise de sua Bibliografia Crítica e Colocação de Pontos de Consenso e Dúvidas,** Lisboa, 1979.

TRINDADE, Cônego Raimundo. **São Francisco de Assis de Ouro Preto**. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Saúde / Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, número 17, 1951.

WILLEKE, Frei Venâncio OFM. **As Missões da Custódia de Santo Antônio: 1585/1619**. In: Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil. 1657/1957. Recife. Provincialado Pernambucano, 1957 (Edição Comemorativa do Tricentenário).

WILLEKE, Frei Venâncio OFM. **Senzalas de Conventos**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Vol. 27. São Paulo, 1976.

VALADARES, Clarival do Prado. **Nordeste Histórico e Monumental**. Salvador: Norberto Odebreth; EBAUFBA, 1983. 3 v.

VALADARES, José. **Estudos de Arte Brasileira**. Publicação de 1943-1958. Salvador: Museu do estado da Bahia, 1960, nº 15. EBAUFBA.

VASCONCELOS, Sylvio de. **A Arquitetura no Brasil. Sistemas Construtivos**. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

ZANINI, Walter. **História Geral da Arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983, 2 vol.